

CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Praça Velha

9701-857 Angra do Heroísmo

<E-MAIL>

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão Permanente de
Economia da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores
Rua Dr. Marcelino Lima
9901-858 HORTA

MICOSTA@ALRA.PT

| S/ Ref. | S/ Data | N/ Ref. | Data |
|---------|------------|-----------|----------------------------------|
| 502 | 2017-02-16 | 9/CI/2017 | Angra do Heroísmo, 2017-02-16 |

ASSUNTO: PARECER – ANTEPROPOSTA DE PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017 E ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020

Em resposta ao ofício em referência, venho presente remeter a V. Ex.^a o parecer emitido pelo Conselho de Ilha da Terceira:

“Reunido a 7 de fevereiro de 2017 o Conselho de Ilha da Terceira resolve emitir parecer positivo na generalidade quanto às antepropostas de Plano Regional Anual para 2017 e de Orientações de Médio Prazo 2017-2020, sem prejuízo das seguintes recomendações:

1. O Conselho de Ilha da Terceira entende ser imprescindível e inadiável dar execução à criação de uma zona económica especial para a área envolvente ao Porto da Praia da Vitória e ao Aeroporto das Lajes, conforme anunciado pelo Governo Regional dos Açores em 21 de novembro de 2015;
2. Manifestar a sua preocupação quanto à falta de concretização dos investimentos associados ao AIR Center, para o qual as únicas intenções de investimento conhecidas são para outras ilhas e haver a indicação da sedeação da entidade gestora no Aeroporto de Santa Maria;
3. O Conselho de Ilha da Terceira considera necessário um rápido arranque da construção da obra, cujo o projeto já foi aprovado, para o Porto das Pipas, de



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Praça Velha

9701-857 Angra do Heroísmo

forma a potenciar as ligações entre ilhas e a receção de navios de cruzeiros temáticos com comprimento até aos 150 metros;

4. Recomendar que futuros pedidos de parecer de ante-projetos de Plano Regional sejam acompanhados pela anteproposta de Orçamento Regional para o respetivo ano.

Em anexo são apensos os pareceres sectoriais que foram entregues, os quais integram o presente parecer.”

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA,


JOSÉ GABRIEL DO ÁLAMO DE MENESES

tv/tv

Anexos:

- Parecer da Câmara Municipal da Praia da Vitória
- Parecer da União de Sindicatos de Angra do Heroísmo
- Parecer da União Geral de Trabalhadores dos Açores
- Parecer da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

| | |
|---|-------------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada | 593 Proc. n.º 102/2/X |
| Data: | 017, 02, 17 N.º 102/3/X |





PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



Exmo Senhor
Presidente do
Conselho de Ilha da Terceira

ASSUNTO PARECER SOBRE A ANTEPROPOSTA DE PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017

Em resposta à vossa comunicação, envia-se a V. Ex.^ª o Parecer da Câmara Municipal da Praia da Vitória, emitido em reunião de 26 de janeiro de 2017.

1. A Câmara Municipal da Praia da Vitória **emite parecer positivo na generalidade** quanto à anteproposta de Plano Regional Anual para 2017.
2. A Câmara Municipal da Praia da Vitória entende, neste âmbito, **ser imprescindível e inadiável o compromisso efetivo do Governo Regional dos Açores na resolução das seguintes questões em 2017:**
 - a) Processo Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) – Bairro Americano de Sta. Rita: apoio do Governo Regional dos Açores nas ações conducentes à resolução do litígio jurídico;
 - b) Processo Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) – Bairro Americano de Sta. Rita: apoio do Governo Regional dos Açores nas ações conducentes à reabilitação das habitações integradas no perímetro da área supramencionada, possibilitando a garantia de condições mínimas de habitabilidade dos fogos identificados;
 - c) Processo Abastecimento de Água a Sta. Rita: cooperação entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória com vista ao abastecimento de água aquela área do Concelho, tendo em conta o término do abastecimento direto da Base das Lajes, os constrangimentos inerentes à operação e os custos avultados para a sua resolução;
 - d) Processo Parque Empresarial da Vila das Lajes: cooperação entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória conducente à concretização da construção do parque



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



empresarial na Vila das Lajes, enquadrado no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), e tratando-se de um investimento fundamental para a disponibilização de infraestruturas de acolhimento empresarial no Concelho;

- e) Programa de Apoio ao Comércio Tradicional/Local da Praia da Vitória: Medida enquadrada no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), que se consubstancia na formatação de um pacote de incentivos específicos que possibilitem a dinamização das empresas/estabelecimentos existentes e a geração de novos fatores de atratividade no centro urbano da cidade;
 - f) 2ª Fase da Reabilitação dos Paus da Praia, Belo Jardim e Pedreira: Cooperação entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória tendo como objetivo a conclusão das ações de reabilitação das zonas húmidas da Praia, únicas na Europa e integrantes de um elemento turístico diferenciado contribuinte para o reforço da oferta turística local e da ilha.
3. A Câmara Municipal da Praia da Vitória, no mesmo âmbito, sublinha ser fundamental **o cumprimento das medidas integradas no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT)** destinadas ao Concelho da Praia da Vitória, **com especial enfoque nas medidas com impacto económico no desenvolvimento do Concelho e da Ilha.**

Com os melhores cumprimentos,



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



0

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA
VITÓRIA,

ROBERTO LÚCIO SILVA PEREIRA MONTEIRO

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020 E PLANO REGIONAL ANUAL 2017 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Parecer da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo/ CGTP-IN

1. *Evolução recente da região*

Analisando a evolução dos últimos anos, verifica-se que nos Açores também se fizeram sentir negativamente os efeitos da crise do capitalismo a nível mundial e da intervenção da Troica e do Governo do PSD/CDS. A nível regional não foram tomadas medidas para fazer frente a esse quadro, tendo sido antes aplicado um memorando entre o Governo Regional e o Governo central que trouxe ainda mais entraves à região.

Assim, o PIB dos Açores recuou em termos reais entre 2011 e 2013. Em 2014 e 2015 houve alguma recuperação mas ainda não foram retomados os níveis anteriores à crise. O investimento teve um recuo significativo neste período, mais visível nos primeiros anos. Entre 2012 e 2014 a Formação Bruta de Capital Fixo caiu 22,1%, seguindo-se a uma queda de 20,6% em 2011.

Em consequência, o desemprego aumentou significativamente e o emprego diminuiu, embora tenha havido uma recuperação nos anos mais recentes. Mas aumentou também a precariedade, sem que o Governo Regional e as autoridades públicas tomassem medidas para a combater. Por sua vez, os salários continuam baixos (o salário líquido mensal médio é de apenas 764 euros face a 825 euros da média nacional) e 37% dos trabalhadores assalariados recebem menos de 600 euros líquidos mensais¹.

O PIB per capita da região aumentou em termos nominais, mas não se incluem os valores reais, o que seria o correcto em termos de evolução. No entanto, há uma deterioração da posição da região face à média nacional (passou de 91% em 2012 para 89% em 2015) e à média da UE (68,2% em 2015 face a 70,6% em 2012).

Apesar de ambos os documentos conterem dados sobre o emprego e desemprego para os anos completos (por isso terminando no ano de 2015), estão disponíveis dados mais recentes relativos aos primeiros três trimestres de 2016² que permitem concluir que:

- a população activa desceu em 2016 (-1,2% nos primeiros nove meses face a 2015);
- o emprego cresceu muito pouco (+0,4% face a 2015) e está cada vez mais dependente dos serviços, já que na indústria e agricultura e pescas diminuiu³;
- a precariedade do emprego aumentou (a precariedade que se consegue medir através do Inquérito ao Emprego passou de 21,2% em 2015 para 23,1% nos primeiros nove meses de 2016);
- o desemprego diminuiu.

A dependência da região relativamente aos serviços e o definhamento do sector secundário, que passou de perto de 30% do emprego total em 2007 para 15,4% nos primeiros nove meses de 2016 (tendo a indústria transformadora um peso de apenas 7,2%), é visível também pelo não tratamento de dados sobre a evolução do sector e em consequência com a ausência de medidas para a sua revitalização.

2. *Medidas de política*

As medidas de política inserem-se nas políticas sectoriais, que por sua vez se enquadram nas Grandes linhas de orientação estratégica seguintes: (i) Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, sustentados no conhecimento, na inovação e no empreendedorismo; (ii) Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades; (iii) Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território; (iv) Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar o Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades.

1 Fonte: Inquérito ao Emprego, 3º trimestre de 2016/SREA.

2 Idem, vários trimestres.

3 Ao contrário do que se diz nas OMP (pág. 15) o sector primário está a perder peso na região. Nos primeiros três trimestres do ano de 2016 o peso da agricultura e pescas no emprego total tinha baixado para 9,6%.

Em ambos os documentos ressalta a opção por incentivos às empresas para a produção de bens transaccionáveis com o objectivo de fomentar as exportações e a penetração no mercado global, descurando a produção para o mercado regional e interno e a substituição de importações, o que é necessário ao equilíbrio da balança comercial regional e do próprio país.

Não há medidas de revitalização ou modernização do sector produtivo que, como se viu atrás, está em retrocesso, sendo apenas tratados especificamente a agricultura e a floresta, as pescas e a aquicultura e ainda o turismo, o que significa uma visão extremamente redutora do desenvolvimento da região. Aparentemente os outros sectores de actividade não necessitam de qualquer planeamento ou orientação.

O documento contém medidas para a elevação da educação e das qualificações dos açorianos, mas não há uma preocupação em traduzir os avanços alcançados e a alcançar no emprego e no aumento dos salários dos trabalhadores.

Assinala-se pela negativa a ausência de orientações e medidas para a criação de emprego com direitos, para o combate à precariedade e aos baixos salários, apesar de se preconizar o aumento do emprego. Opta-se antes pelo mesmo tipo de medidas de apoio à contratação às empresas, estágios e mercado social de emprego.

No nosso entender, o primeiro combate relativamente ao emprego deve ser a eliminação da precariedade, através do reforço de meios da inspecção regional do trabalho para aumentar a fiscalização do cumprimento das relações laborais, bem como pelo exemplo do próprio Governo Regional nesse domínio, acabando com a precariedade com os contratos a prazo na administração pública regional (que no final de Junho de 2016 abrangiam 10,6% dos trabalhadores).

Relativamente às medidas de apoio ao emprego, não devem continuar a apoiar-se contratos a termo. A implementação de uma medida de incentivo à estabilização do vínculo contratual no âmbito do Integra não é suficiente, parecendo-nos mais correcto a sua transformação numa medida de apoio à contratação sem termo, cumprindo o princípio de que a cada posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho permanente.

Deve ainda fiscalizar-se o uso de medidas de emprego ou ocupação para evitar a substituição de postos de trabalho, seja através de estágios, do chamado trabalho socialmente necessário ou de outra qualquer medida.

O sector público tem um tratamento insuficiente neste documento e não apenas relativamente à não referência do combate à precariedade do emprego no sector, como se disse atrás, mas também relativamente a necessidades de formação dos trabalhadores ou de recrutamento.

30 de Janeiro de 2017

União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo/CGTP-IN



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

CADERNO DE REIVINDICAÇÕES SINDICAIS

DA

UGT- AÇORES PARA 2017

ENQUADRAMENTO GERAL

Na atual conjuntura mundial fazer previsões e traçar cenários macroeconómicos será porventura um dos exercícios mais difíceis para qualquer especialista ou instituição vocacionada para o efeito.

A incerteza, instabilidade e insegurança reforçadas pelas tensões geopolíticas em diversas regiões do planeta, deixam os mercados e investidores nervosos e com sérias dúvidas onde podem aplicar o seu dinheiro com segurança, mantendo as legítimas expectativas de retorno económico do investimento efetuado.

Para combater esse pessimismo, os Bancos Centrais das principais economias mundiais, adotaram um conjunto de medidas concertadas com os respetivos Governos, Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e os agentes económicos principais interessados, numa solução de crescimento económico sustentável em paz e liberdade no amplo respeito dos acordos internacionais.

Verifica-se porém, que tal desiderato tem-se mostrado uma tarefa bastante difícil ou de alguma forma inglório, uma vez que a crise persiste teimosamente nalgumas economias, especialmente na Europa, e até se agravou noutras, como nas economias emergentes em consequência da queda dos preços do petróleo e de algumas matérias-primas, impedindo assim o tão almejado crescimento económico duradouro e sustentável que todos os povos aspiram ter, ou voltar a ter novamente, como outrora tiveram os países ocidentais de economia de mercado.

Pode-se afirmar hoje com alguma segurança, que o movimento revolucionário inspirado no modelo democrático ocidental, designado de “Primaveras Árabes”, em que os grupos políticos de oposição naqueles países foram instados e ajudados pelos Ocidentais, (E.U.A, e alguns países da Europa) a combater o poder autocrático e ditatorial neles instalado, contribui decisivamente para esta indesejada situação.

Efetivamente, na maioria dos casos o poder instalado foi derrubado, mas no seu lugar não surgiu outro organizado, mas sim diversos grupos que se digladiavam e digladiam entre si, provocando o caos a fome e a miséria das populações, que tentam com o risco das suas próprias vidas fugir à situação, refugiando-se noutras paragens sobretudo nos países ricos da Europa, como a Alemanha, França, Itália, Suécia etc.



Ao mesmo tempo, os ditos grupos que se esperavam democráticos e pró-ocidentais, com a (rédea solta), tornaram-se no seu inimigo número um, atingindo o expoente máximo no designado Estado Islâmico, proclamando a criação dum califado que abrangeria partes da Síria, Iraque e Turquia, atuando simultaneamente em rede com outros satélites a operar no Norte de África, com os Talibãs no Paquistão e Afeganistão.

A sua estratégia para além do terrorismo, incluía e mantém ainda o recrutamento de indivíduos naqueles países, sobretudo jovens, para se juntarem ao seu movimento aliciando-os com falsas promessas, levando-os a combater em nome de “ALÁ” o inimigo número um e causador de todos os males na sua perspetiva, atacando cruelmente e indiscriminadamente as sociedades e os governos que os tentavam e tentam combater, como aconteceu recentemente na França, Bélgica, Reino Unido, e um pouco por toda a Europa.

Moral da história, ou melhor consequência nefasta da estratégia ocidental:

- a) Aparecimento de novas formas de terrorismo atacando e matando indiscriminado inocentes;
- b) Instalação do sentimento de medo e insegurança nunca vistos nas últimas décadas nas populações daqueles países;
- c) Governos aparentemente mal preparados para defender as populações da nova ameaça, o terrorismo praticado por jovens nascidos e criados neles e aparentemente integrados na sociedade;
- d) Alteração do status de vida quotidiano nos países ocidentais, sobretudo os mais influentes no panorama económico europeu, por exemplo com a suspensão do acordo de Sheguen, ou instauração do estado de emergência;
- e) Instalação do sentimento de desconfiança generalizado sobre os estrangeiros, principalmente os de origem Islâmica, criando-se situações de injustiça pouca dignas de sociedades vistas como democráticas, tolerantes e respeitadoras dos direitos humanos;
- f) E finalmente a influência que pode induzir nas escolhas políticas europeias e ocidentais, ao preferirem protagonistas políticos xenófobos, nacionalistas, e protecionistas indutores dum maior isolacionismo e dificuldade em resolver-se conflitos.

Se a tudo isto somarmos os aspetos negativos que a globalização trouxe, como a deslocalização de fábricas, empresas e centros de decisão em busca duma maior remuneração do capital investido, implicando a morte de algumas localidades ou regiões, com o consequente aumento do desemprego, da miséria da fome culminando no agravamento das desigualdades sociais, o resultado só poderia ser desastroso como de resto está a acontecer.

Os fatos políticos recentes têm demonstrado que as populações já não acreditam nas instituições que democraticamente elegeram para os representar e defender os seus interesses, rejeitando as suas propostas políticas e económicas através do voto, como fizeram recentemente no Reino Unido, na Alemanha, e nos EUA, temendo-se mesmo que se venha a transformar num



movimento mundial de contestação aos poderes instalados.

No Reino Unido em referendo a população decidiu não permanecer na U.E., contrariando a indicação dos partidos tradicionais do poder, os Conservadores e Trabalhistas.

Na Alemanha, país em que a Chanceler Angela Merkel detinha até há bem pouco tempo elevados índices de popularidade, nas recentes eleições regionais a população relegou o seu partido, para o fundo da lista, sempre abaixo do 3º lugar das escolhas, não esqueçamos que Merkel numa atitude profundamente humanista e respeitadora do ser humano, abriu praticamente as portas da Alemanha aos refugiados e perseguidos pela guerra, fome e miséria.

Mais recentemente nos Estados Unidos da América, maior potência económica e militar do planeta, mais uma vez as populações contra tudo e contra todos, rejeitaram as propostas e políticas dos eternamente instalados no poder (stablishment) dando a vitória a Donald Trump, um candidato populista, a quem apelidaram de xenófobo, racista e outros adjetivos bastante negativos para a sua imagem, mas que prometia a rutura completa e absoluta com a situação. Focou o seu discurso exclusivamente no que era negativo da globalização e na classe média que viu perder empregos e poder de compra anos a fio, afirmando que iria colocar os interesses dos E.U.A e dos Americanos sempre acima de tudo e de todos.

É neste contexto, diria, de contestação generalizado, que vão decorrer o referendo a 4 de dezembro sobre a reforma constitucional na Itália, as próximas eleições em 2017, em países tão importantes, como a França, Holanda e Alemanha, com enormes riscos das escolhas políticas caírem para partidos ou movimentos políticos que defendem o, aumento do protecionismo e dos nacionalismos, enfim um maior isolamento, contrários aos tratados Europeus e do Comércio Mundial, e assumam-se com realismo, perigoso e retrogrado para o tipo de sociedade que almejamos e se tem construído nos últimos anos.

É neste quadro de incerteza e expetativa generalizadas que todos temos de trabalhar, incluindo os institutos e especialistas que fazem estudos, projeções de crescimento económico e progresso social, revendo e alterando quase diariamente as suas previsões face às mudanças inesperadas que estão a acontecer no presente e se perspectiva no futuro, e, não outra que naturalmente preferíamos.

PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

Mundial

De acordo com o mais recente relatório do FMI, o crescimento económico global em 2016 deverá ficar nos 3,1% ligeiramente abaixo (-0,1%) das projeções avançadas em abril, devido ao abrandamento do crescimento económico das economias mais avançadas, bem como o acentuar da recessão nalgumas economias emergentes, como as do Brasil e Rússia.



Todavia, alguns fatores poderão determinar um maior crescimento se, se tiver em conta a revisão em alta do preço do barril de petróleo na sequência do acordo com vista à diminuição da produção conseguido no seio da OPEP, continuando assim a rota ascendente.

A confirmar-se o crescimento acima mencionado, a economia global em 2016 crescerá ao mesmo ritmo do ano passado, esperando-se para 2017 uma aceleração, mas menor do que era estimada há três meses: que era de 3,4%, em vez de 3,3%.

A “onda de incerteza” que o voto pela saída do Reino Unido da União Europeia (UE) acrescentou a um ambiente económico global já por si incerto levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a baixar as previsões para a economia mundial neste ano e no próximo, numa altura em que ainda não eram conhecidos os resultados das eleições presidenciais nos Estados Unidos da América..

Por outro lado, os riscos já identificados no sistema bancário europeu podem ser acentuados ainda mais pelo “Brexit”, nomeadamente as dificuldades nos bancos portugueses e italianos.

O choque do Brexit surge no meio de problemas não-resolvidos no sistema bancário europeu, em particular nos bancos italianos e portugueses, como identificado no Relatório de Estabilidade Financeira Global, patente nas turbulências persistentes nos mercados financeiros e o aumento global de aversão ao risco podem ter graves repercussões macroeconómicas, nomeadamente a intensificação das dificuldades dos bancos, particularmente nas economias vulneráveis.

Segundo a instituição liderada por Christine Lagarde, o crescimento global, já lento, vai ressentir-se, colocando o ónus aos decisores políticos de fortalecerem os sistemas bancários e delinearem planos para pôr em marcha o que o FMI chama de reformas estruturais, que considera muito necessárias.

Ao mesmo tempo considera que este crescimento só adquire consistência, se, se verificar o princípio básico, os países que têm margem orçamental devem utilizá-la — por exemplo, o Canadá, a Alemanha, a Coreia etc.

Na União Europeia

Para além dos constrangimentos que a afetam já enunciados na primeira parte do documento, sem dúvida que o “Brexit” veio acentuar fortemente a incerteza económica, política e institucional, o que deverá ter repercussões macroeconómicas negativas, nomeadamente nas economias europeias desenvolvidas. Mas como ainda não se sabe exatamente em que termos será negociada a saída do Reino Unido da UE, o FMI diz ser ainda muito difícil de quantificar as suas repercussões potenciais além do abrandamento neste período pós-referendo e início das negociações assim que a nova primeira-ministra britânica, Theresa May, acione o artigo 50.º do



aumentado o consumo interno se obtinha um maior incremento do PIB, e assim, a criação de emprego bem como todos os efeitos benéficos que daí advinham, como por exemplo a diminuição das despesas sociais etc.

Todavia, a realidade veio a mostrar que as coisas acabaram por não ser o que pensavam e desejariam, mas sim o contrário ou pelo menos bem diferente, como confirmam os dados que vão sendo divulgados pelo INE, Eurostat, Banco de Portugal, Comissão Europeia, BCE, FMI etc, à medida que o tempo passa.

Depois dos cortes sucessivos feitos em Abril e Junho, o FMI não mexeu nos números, esperando que a economia cresça 1% neste ano, aquém dos 1,6% do ano passado, bem abaixo da previsão governamental de 1,8% e da média de 1.7% prevista para a Zona Euro e do seu principal destino de exportação, a vizinha Espanha, que deverá crescer 3,1%, mais ou menos o mesmo que o registado em 2015, que foi de 3,2%, refletindo este abrandamento o menor crescimento do consumo privado, do investimento e das exportações. Refira-se que também as previsões do 3º trimestre do Banco de Portugal, vão no mesmo sentido prevendo uma desaceleração do PIB mais ou menos dentro dos mesmos valores.

Para 2017, o FMI prevê que o PIB português cresça 1,1%, abaixo dos 1,8% que o Governo previa em maio no âmbito da atualização do programa de estabilidade e de novo muito abaixo do previsto na Proposta de Orçamento de Estado para 2017 que é de 1,5%.

As opiniões de muitos analistas e instituições como Bancos, Universidades etc dividem-se entre os 1,1% e 1,5%, para o crescimento do PIB, conforme os fatores em que baseiam as suas projeções, geralmente no investimento e exportações, em contraponto ao que ocorreu em 2016 que apostava claramente no consumo.

Todavia, para os mais otimistas as metas são credíveis, porque na proposta de orçamento de 2017 vislumbra-se um maior ênfase no apoio ao investimento e às exportações por efeito de fatores externos positivos, como por exemplo a subida dos preços do petróleo face ao acordo da OPEP para diminuir a produção, com reflexos nos principais mercados de exportação de Portugal fora da Europa como Angola e o Brasil.

Atenção que esta opinião poderá já não ser sustentada, face à maior incerteza que as eleições presidenciais americanas vieram trazer à evolução da economia mundial e até ao fenómeno da globalização como era conhecido até hoje.

Déficit e Dívida Pública

O deficit em 2016, segundo estimativas do Ministério das Finanças e corroborado recentemente pela Comissão Europeia, deverá situar-se nos 2,5%, confirmando a tendência de descida que foi de 2,93% em 2015 e bem assim a saída do Procedimento por Déficit Excessivo a que o País estava obrigado, prevendo-se que em 2017 fique nos 2,2%.



Tratado de Lisboa para retirar o país da comunidade europeia.

A crescer junta-se a maior incerteza gerada pela ascensão ao poder nos Estados Unidos da América, de Donald Trump, que na sua campanha assumiu uma política de rutura ou revisão em muitos domínios, incluindo com a União Europeia.

A trajetória do Reino Unido já era de abrandamento para este ano – e a desaceleração agrava-se – mas a perspetiva de recuperação que se previa para o ano seguinte agora já não existe. Depois de um crescimento de 2,2% em 2015, a economia britânica deverá crescer 1,7% em 2016, e, em relação ao próximo ano, o corte nas previsões é bem mais pronunciado, prevendo-se que a economia cresça 1,3%, quando anteriormente se apontava para uma aceleração até aos 2,2%.

Em relação à zona euro, se para este ano as previsões até são ligeiramente melhores do que aquilo que o FMI projetava em Abril, as expectativas para 2017 são mais pessimistas. O cenário previsto é de um crescimento de 1,6% em 2016, 0,1% acima do anteriormente projetado, mas com a perspetiva de abrandamento no ano seguinte para os 1,4%, menos 0,2 do que a previsão anterior.

Também para as duas principais economias da moeda única o FMI reviu em alta a previsão para 2016 e baixou a do próximo ano. A Alemanha deverá apresentar um crescimento do PIB de 1,6% (0,1 acima face a Abril), abrandando em 2017 para 1,2% (0,4 abaixo do valor de há três meses).

Em França o FMI espera uma progressão de 1,5% este ano (uma melhoria de 0,4 face a Abril) seguindo-se uma desaceleração para 1,2% no próximo (0,1 abaixo do valor de Abril).

Neste contexto afirma o FMI que a Europa no seu todo e o Reino Unido (segunda maior economia da EU) são as regiões mais afetadas no futuro próximo.

Efetivamente o reforço da atividade económica tem influência direta no crescimento do emprego, com reflexos óbvios no desemprego, que, não obstante a sua trajetória decrescente, mantém-se ainda a níveis elevados.

O desemprego na UE e na área do Euro deverá diminuir este ano para 9,2% e 10,6% respetivamente, prevendo-se em 2017, que confirme esta tendência.

Em Portugal

A alteração das políticas com chegada do novo Governo de esquerda, saído da maioria da Assembleia da República, liderado por António Costa determinou um rumo diferente na trajetória de consolidação das finanças públicas traçada pelo anterior governo liderado por Passos Coelho.

Foi apresentado um novo paradigma de desenvolvimento económico, à Comissão Europeia dando prioridade à política de rendimentos, acelerando-se a devolução dos cortes efetuados durante o PAEF – Programa de Apoio Económico e Financeiro, no pressuposto de que



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

Quanto à Dívida Pública contrariamente ao previsto anteriormente que era de tendência decrescente, esta aumentará.

Segundo dados do EUROSTAT o primeiro e segundo trimestres registaram um incremento da Dívida Pública, quer em termos mensais quer em termos homólogos, situando-se nos 131,7% do PIB em junho, e 133,2% em setembro, prevendo-se uma inversão da tendência relativamente ao ano de 2015 que segundo dados do Banco de Portugal foi de 128,9 % do PIB, a partir de 130,2% em 2014. Segundo o Ministério das Finanças a tendência decrescente será retomada em 2017, prevendo-se que fique nos 128,4% do PIB.

Emprego/ Desemprego

Segundo previsões do Eurosistema (BCE e conjunto de bancos associados) o mercado do trabalho continua a apresentar uma evolução globalmente positiva, com destaque para a criação de emprego e a manutenção da tendência de descida do desemprego para 11,9% da população ativa no final de 2016 e de 11,3% no final de 2017.

Segundo as últimas projeções do FMI estas previsões até melhoram substancialmente 11,2% este ano e 10,7% para 2017 e de acordo com as projeções na proposta de Orçamento de Estado ainda serão melhores, prevendo que em 2017 ficará nos 10,3%.

Inflação/Poder de Compra

A economia portuguesa é caracterizada por um elevado grau de abertura ao exterior, principalmente em relação à União Monetária, que em 2015 concentrou 57% das exportações e 67% das importações totais, pelo que a evolução dos preços está fortemente condicionada por este fator.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, mercê da conjugação do fator acima mencionado com a procura interna, tem-se verificado uma subida consistente dos preços em termos mensais e homólogos, prevendo-se que se situe nos 0,7% em 2016 e que atinja 1,4% em 2017.

Queremos aqui alertar para o esforço que os parceiros sociais devem fazer para se chegar a um consenso quanto aos aumentos salariais, para se ir repondo o poder de compra perdido nos últimos anos de crise. De salientar que a só entre 2010 e 2015 os trabalhadores da Administração Pública perderam em média 18,7% do seu poder de compra.

NOS AÇORES

A Autonomia dos Açores cumpriu, 40 anos depois da sua criação, os objetivos que lhe foram fixados na Constituição, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento económico e social das infraestruturas de base dos Açores.



Uma extensa rede de portos e aeroportos, hospitais e centros de saúde e de estabelecimentos de educação, equipamentos coletivos sociais de apoio às crianças, jovens e idosos, cobre hoje as novas ilhas dos Açores, sem que os seus concelhos e freguesias sejam exceção, graças à Autonomia dos Açores e à ação dos seus órgãos de governo próprio. A isto acresce referir a importância da criação da Universidade dos Açores e da RTP/Açores que permitiu gerar uma maior consciência e pensamento regionais sobre a nossa identidade coletiva e o desenvolvimento do arquipélago.

Se em 1974 o PIB per capita dos Açores era cerca de 45 por cento do nacional, hoje representa 91 por cento.

Esta fase bem-sucedida da nossa Autonomia foi possível graças à solidariedade nacional, numa primeira fase, e aos fundos disponibilizados pela União Europeia, numa segunda fase, e à ação dos sucessivos órgãos do governo próprio da Região, sobretudo a partir da aprovação da Lei das Finanças Regionais 13/98 de 24 de fevereiro.

Atualmente o orçamento da Região é composto por 66 por cento do seu as receitas próprias, 16 por cento por fundos comunitários e a solidariedade nacional, aproximadamente, 18 por cento, como bem salientou o Presidente do Governo Regional dos Açores recentemente na sua intervenção no Clube de Pensadores em Vila Nova de Gaia.

Contudo, se é verdade este nosso sucesso coletivo, temos igualmente que reconhecer que a nossa Autonomia falhou no que toca à captação do investimento reprodutivo e à modernização, reforço e capacitação do nosso tecido produtivo regional de bens e serviços transacionáveis, indispensável à criação de empresas, riqueza e emprego sustentável, pelo facto de não termos sabido ou conseguido adotar rapidamente um novo paradigma de crescimento económico e social que apostasse no desenvolvimento das nossas capacidades e potencialidades produtivas endógenas dos setores da agricultura, em que se torna premente ultrapassar a atual crise da lavoura, gerada com o fim das quotas leiteiras, do mar, onde é fundamental apostar no aumento e modernização da nossa frota de pesca, na transformação, industrialização e comercialização do pescado e na aquacultura, e do turismo, agora que, liberto dos estrangulamentos que os transportes colocavam à sua afirmação, começa a dar sinais promissores disso. A atual dimensão e gravidade do desemprego na Região tem a ver, em grande parte, com o fim da fase de crescimento apostada na criação das infraestruturas regionais e com a crise da construção civil que daí resultou, com a agravante de mais de 75% do orçamento da RAA estar comprometido nos próximos anos (Quadro Plurianual de Programação Orçamental artigo 45º do DLR nº 1/2016/A de 8 de janeiro, que aprova o orçamento da Região Autónoma dos Açores).

Num contexto mais pormenorizado atente-se para dados recentes sobre a Atividade Económica.



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

Não deixando de reconhecer uma grande evolução em diversos domínios da Região, incompreensivelmente o SREA não disponibiliza dados atualizados dos agregados que se usam tradicionalmente para caracterizar o estado de desenvolvimento económico dos Países, e Regiões, como por exemplo; o Produto Interno Bruto (PIB), a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) ou a Balança de Transações Correntes, impedindo-nos assim de fazer comparações e analisar tendências em consonância com o todo nacional e até europeu.

Face a este constrangimento, socorremo-nos dos dados sobre a atividade económica divulgados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores, no 3º trimestre de 2016.

Se atendermos a uma análise de curto prazo baseada aos últimos anos, nota-se que a evolução do Indicador da Atividade Económica (IAE – Açores) desde 2013, revelou uma tendência de desaceleração, apresentando em Agosto o valor de 1,6%, o que representa uma diminuição face ao mês de Julho (2,1%) e um crescimento inferior ao observado no mês homólogo de 2015 (3,1%).

Analisando os diversos setores de atividade com base nos dados do 3º trimestre de 2016:

No setor primário

Assim, no setor primário o leite entregue nas fábricas mantém a tendência dos últimos meses (-0,4%) com evolução negativa pelo quarto trimestre consecutivo.

Negativos são também os dados relativos ao emprego homólogo (-17,4%).

A evolução da Pesca descarregada também vai no mesmo sentido (-34,9%) bem como a exportação de gado vivo (-29,2%).

Em sentido oposto, pode referir-se a evolução bastante favorável do abate de gado bovino (15,9%).

Estes números refletem sem dúvida uma tendência decrescente no que se torna preocupante, dado tratar-se dum setor com grande peso na economia regional, sobretudo ao nível do PIB e das exportações.

Para além disso, há a registar ainda os efeitos negativos que tem sobre outros setores e áreas de atividade, como por exemplo o comercial e financeiro, ao gerarem efeitos negativos em cadeia em diversos domínios da atividade económica, culminando sempre no aumento do desemprego e consequentemente da pobreza e exclusão social.

No setor secundário

No setor secundário há a destacar, positivamente, o consumo de energia na indústria (7,2%) e a produção de queijo (4,2%).



Negativamente há a registar a diminuição homóloga (-1,9%) e trimestral (-0,6%) do emprego, bem como a produção de leite para consumo (-0,7%).

A construção apresenta sinais mistos e até contraditórios: o emprego homólogo regista um aumento significativo (10,9%) enquanto a venda de cimento e o licenciamento regressam a taxas negativas (-2,1% e -11,5%).

Todavia continuamos preocupados face à persistente quebra verificada nos últimos anos na construção civil.

Ao desaparecimento de inúmeras empresas nesta área de atividade, a situação agravou-se indubitavelmente com o desaparecimento dum Banco de cariz marcadamente regional como era o BANIF.

No setor Terciário

No sector terciário quase todos os indicadores têm comportamento bastante positivo.

Assim, o turismo cresce mais de 12%, os passageiros desembarcados ultrapassam os 15%, e a venda de automóveis ligeiros aumentou 29%.

Regozijamo-nos com os resultados conhecidos e a vitalidade que este setor vem demonstrado, sobretudo por efeito das externalidades introduzidas no setor com a vinda das companhias de aviação “Low Coast” para a ilha de S. Miguel, mas gostaríamos de ver esta ação estendida também às outras ilhas, obviamente com o empenhamento esperado do Governo Regional.

O Emprego

No terceiro trimestre de 2016, a população empregada, estimada pelo Inquérito ao Emprego, apresentou um valor de 108.211 trabalhadores, superior em 0,6% à estimada no último trimestre, mas inferior em 0,1% à estimada no trimestre homólogo.

Verifica-se também um aumento homólogo (3,1%) e trimestral (0,9%) do emprego, sobretudo devido ao efeito induzido pelo crescimento do setor terciário.

O Desemprego

Continua a ser um dos flagelos da nossa sociedade como confirmam os dados.

A taxa de desemprego regional no 3º trimestre ficou nos **10,7%**, superior à média nacional que é de **10,5%** e correspondendo a uma diminuição homóloga de 1,4 p. p. e trimestral de 0,3 p. p..

De salientar neste campo o aumento do número de desempregados em programas ocupacionais, atingindo segundo os dados oficiais o maior número de sempre 6335 indivíduos.

Se a isto juntarmos o elevado número de indivíduos que perderam o direito ao subsídio



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

de desemprego ou outra forma de apoio social, que se disponibilizam a trabalhar informalmente, em condições precárias e mal remunerados, sem qualquer vínculo ou direito social, temos de concluir que este é o problema mais sério que existe na sociedade Açoriana para o que apelamos ao governo dos Açores uma atenção redobrada nesta área de ação.

O Índice de Preços no Consumidor

A taxa média de inflação foi de 1,1% em setembro (a média nacional foi 0,6%), mantendo a mesma taxa de junho.

Em Setembro a taxa homóloga foi de 1,4%, enquanto a taxa correspondente a nível nacional foi 0,6%.”

O valor da inflação média na Região Açores no final do 3.º trimestre, é o reflexo das maiores variações médias ao longo dos últimos três meses nas classes de Bebidas alcoólicas, tabaco, vestuário e calçado, transportes, comunicações e outros bens e serviços.

Outros Indicadores Sociais

Não obstante as melhorias verificadas ao longo dos 40 anos de Autonomia como referimos anteriormente, existem uma série de outros indicadores de índole social altamente preocupantes e que nos colocam no fundo da tabela das estatísticas nacionais.

Através de dados disponibilizados pelo INE até 2015 e estudos avulso verifica-se que:

- 1 - Os Açores são a região com maior taxa de abandono escolar precoce 32,8%;
- 2 - Os Açores são a região com maior taxa de ação social escolar 65% dos alunos recebe;
- 3 – Os Açores são a região com maior taxa de desemprego jovem, 34,4%
- 4 -Os Açores são a região com maior taxa de famílias dependentes do RSI, cerca de 8%;
- 5 - Os Açores são a região com maior taxa de desemprego de longa duração 65%;

Em suma, depois de uma aturada investigação verificamos que estamos na linha da frente nos maus indicadores e na cauda em relação aos bons. Não acreditamos na sorte ou predestinação, mas estamos conscientes que depois de tanto dinheiro injetado nas áreas sociais, alguma coisa não está a correr bem e sentimo-nos também na obrigação de contribuir para a sua inversão, disponibilizando-nos total e empenhadamente para a melhoria ou reversão desta situação.



Neste Contexto

Tendo em conta a debilidade da nossa estrutura produtiva regional, assente basicamente no setor terciário, dos serviços, e a necessidade de a diversificar, reforçar e modernizar;

Considerando a falta ou insuficiência de investimento interno e externo que aumente, capacite e desenvolva o nosso tecido produtivo regional de bens e serviços transacionáveis, e a necessidade de o atrair como forma de criação de empresas, riqueza e emprego;

Tendo presente a dimensão e gravidade do desemprego, e a necessidade de o combater através do lançamento de políticas ativas de criação de emprego, nomeadamente por via do reforço das competências académicas e profissionais dos desempregados;

Considerando o aumento dos fenómenos de pobreza, de conflitualidade social e mesmo de insegurança, e a necessidade de os combater de forma coordenada e consequente;

Considerando a falta ou deficit de diálogo e negociação coletiva e de transparência e de informação no que toca ao funcionamento da nossa administração pública regional, e a necessidade de as corrigir e ultrapassar;

Considerando, por último, a tendência crescente verificada na nossa administração pública regional para a aplicação do princípio da confiança política na ocupação dos cargos públicos, partidarizando-os, e a necessidade de reforçar aqui o princípio da competência;

A UGT-Açores elege como principais preocupações e reivindicações sindicais a ter em conta na próxima legislatura 2016/20 – para as quais pede e espera a atenção e atuação consequente de todos os partidos políticos concorrentes, – as que se passam a enunciar de imediato:

1. A ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL – *tendentes à diversificação, reforço e modernização do sector reprodutivo regional*, nomeadamente nos setores onde a Região possui potencialidades endógenas e revela capacidades de resposta imediata em termos de oferta de bens e serviços, nomeadamente nos da agricultura, das pescas e do turismo, através da aplicação e aproveitamento eficiente e eficaz dos fundos europeus alocados ao desenvolvimento da RAA no âmbito da Agenda 2020.

2. POLÍTICA DE APOIO À REQUALIFICAÇÃO URBANA EM COOPERAÇÃO COM AS AUTARQUIAS – a UGT-Açores defende a necessidade do reforço dos programas e ações tendentes à recuperação e beneficiação do parque habitacional, arquitetónico e cultural regional, no âmbito de uma política mais geral de reabilitação e requalificação urbana, em estreita cooperação com as autarquias, como forma de combater por



esta via o desemprego gerado no setor da construção civil.

3. ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO – que conduzam à criação e surgimento de empresas regionais que permitam o tão desejado e necessário reforço, modernização e diversificação do setor produtivo regional.

4. A ADOÇÃO DE POLÍTICAS ATIVAS DE APOIO AO EMPREGO E DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES – que apostem no reforço e valorização das competências profissionais e académicas dos trabalhadores, em geral, e dos desempregados, em particular, que capacitem e potenciem a sua integração plena no mercado do trabalho, com a conseqüente e progressiva mitigação e abandono dos atuais programas ocupacionais provisórios, precários e geradores de dependências, promovendo-se a **integração destes trabalhadores ocupacionais na administração pública sempre que o exercício das suas funções vise a satisfação de necessidades permanentes dos serviços públicos.**

Impõe-se aqui um levantamento urgente, estreitamente concertado com os sindicatos e as associações empregadoras, das necessidades formativas com vista à criação e implementação de programas de formação profissional que permitam aumentar a empregabilidade dos trabalhadores em geral, e dos desempregados em particular, em que aquelas entidades sejam chamadas a participar na sua organização, gestão e realização tal como aconteceu no passado, não se compreendendo que, passados 3 anos de execução do novo quadro comunitário de apoio, nada tenha sido aqui financiado, encontrando-se atualmente as escolas de formação profissional a desenvolver a sua atividade com recurso exclusivo ao financiamento bancário.

5. REFORÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL E QUE PERMITAM A REPOSIÇÃO E AUMENTO DOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES – as primeiras, em colaboração estreita com as misericórdias e demais instituições particulares de segurança social, que permita também a *atualização dos salários e demais remunerações dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias, congelados desde 2009*, as segundas, em concertação com o setor empresarial, privado e público, de bens e serviços transacionáveis, que conduza à *celebração de contratos coletivos que se traduzam na reposição e aumento dos rendimentos dos respetivos trabalhadores*, e com o Governo Regional, através do diálogo social e da negociação coletiva que permita, entre outras coisas.

- a) A atualização anual do complemento regional de pensão;*
- b) A atualização anual do complemento regional de abono de família; e,*
- c) A atualização anual da remuneração complementar/subsídio de insularidade, congelada desde 2012.*



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

6. APOIO E INCENTIVO À PRESENÇA E ATUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NA REGIÃO, NOMEADAMENTE PSP E GNR – que potencie e capacite a sua intervenção de garantia da segurança pública de pessoas e bens na Região, nomeadamente mediante o *reforço do seu efetivo humano, dos seus meios e equipamentos de defesa e da atribuição da remuneração complementar/subsídio de insularidade à semelhança do que acontece com os funcionários públicos regionais e locais.*

7. RESPEITO E REFORÇO DO DIÁLOGO SOCIAL E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA REGIÃO – quer no âmbito do diálogo institucional, através da *substituição do atual conselho regional de concertação estratégica por um verdadeiro conselho económico e social presidido por uma personalidade independente em que a sociedade civil organizada aí tenha presença maioritária e possa exercer o seu efetivo papel de aconselhamento e da revisão da organização e funcionamento dos atuais conselhos de ilha*, quer no âmbito da *negociação bilateral entre a administração pública e os sindicatos do setor, através do cumprimento integral da nova LTFP (Lei de Trabalho em Funções Públicas), quer ainda através da negociação coletiva entre o setor empresarial e os sindicatos* que conduza à celebração de acordos coletivos que permitam contemplar aumentos salariais para 2017 e anos seguintes.

8. REFORÇO DA PRESENÇA E ATUAÇÃO DA INSPEÇÃO REGIONAL DO TRABALHO NO TERRENO EM ARTICULAÇÃO COM A AÇÃO DE DENÚNCIA DOS SINDICATOS – através do aumento do número, qualidade e surpresa das ações inspetivas no terreno às empresas, valorizando-se os aspetos pedagógicos das mesmas de forma a permitir relações de trabalho sãs e mais conformes com a lei.

9. DEFESA DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL MAIS TRANSPARENTE, COMPETENTE E RESPEITADORA DOS DIREITOS À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS – em que os seus órgãos, serviços e agentes ajam de forma transparente e informem atempadamente os cidadãos sobre os seus pedidos e requerimentos, promovendo mediadas legislativas que garantam o princípio da competência no preenchimento dos cargos públicos regionais, garantido assim a despartidarização dos mesmos.

10. REPOSIÇÃO DO DIFERENCIAL FISCAL PARA OS NÍVEIS ANTERIORES AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, COM VISTA À DIMINUIÇÃO DA ATUAL CARGA FISCAL SOBRE OS CIDADÃOS E AS EMPRESAS – tendo em vista a diminuição da carga fiscal, a atração do investimento e a reposição e aumento dos rendimentos dos trabalhadores e suas famílias, a UGT-Açores reivindica a reposição do diferencial fiscal de 30% em matéria de IVA e IRC nos exatos moldes em que existia a 31 de dezembro de 2013.

Açores, 18 de novembro de 2016

UGT/AÇORES



Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020

PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017

Projeto de parecer

CCAH

I – Enquadramento

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo considera de relevante importância os documentos relativos às opções públicas de investimento anual e plurianual. Considera igualmente que uma avaliação mais completa das ações governamentais na área da economia só pode ser feita através do orçamento, pelo conhecimento da despesa, das receitas fiscais, da política fiscal e de outras formas de financiamento. O orçamento corrente tem representado pelo menos o dobro dos valores dos planos de investimento, mas não tem sido submetido a parecer.

As Orientações de Médio Prazo (OMP) 2017-2020 fazem uma distribuição das suas dotações globais ao longo dos anos de forma quase uniforme, com pequenas variações, em declínio real, refletindo estratégias estáticas.

Apesar de medidas positivas, as opções consagradas nas OMP não apresentam potencial para mudar o rumo da economia, no sentido de um crescimento sustentado e dinâmico, gerador de riqueza e de criação de emprego. Configura-se a continuação de uma economia muito assente no setor público, atrofiador de um setor privado crescentemente espartilhado nas atividades e na obtenção de crédito. Não é, por conseguinte, um documento que reflita uma mudança de paradigma.

As OMP são omissas em questões estratégicas fundamentais para o futuro da sociedade açoriana, como são, a título exemplificativo, o futuro do setor público empresarial e a sua reestruturação ou privatização, a redução da fiscalidade como instrumento de competitividade e os “investimentos prioritários estratégicos” em infraestruturas portuárias e aeroportuárias.

A alteração do modelo de transportes marítimos, um fator crítico para a competitividade, aparece como objetivo mas sem qualquer especificação do rumo a ser seguido.



Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

Não há materialização da aposta no turismo, que aliás vê significativamente reduzida a sua dotação, comparativamente com as OMP 2013-2016. Um outro aspeto, que não se vê explicitado é o da aposta na qualificação dos ativos, elemento fundamental para melhorar a qualidade dos serviços, com especial relevo na área do turismo e a competitividade das empresas.

A anteproposta de Plano para 2017, apresenta uma redução nominal de 1,25%, relativamente a 2016 e real de quase 2,5%.

Salienta-se a redução de quase 4,5% para a área do turismo, setor que carecia de mais fundos para consolidar o crescimento que tem tido nos últimos anos.

A dotação para as parcerias público privadas, em contrapartida, apresenta um aumento de 2,5 milhões de euros, o que significa um crescimento de 6,26%.

II – OMP 2017 – 2020 e ANTREPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL 2017

As OMP e a anteproposta de plano para 2017 apresentam diversos aspetos positivos, que se explicitam ao longo deste parecer, mas a CCAH considera que poderiam ir muito além na aposta na economia privada, no crescimento económico, concertada com investimento público estruturante, como forma de maior geração de riqueza e de criação de emprego sustentável, em geral e particularmente quanto à ilha Terceira.

Os dados conhecidos da evolução da execução do PO não caminham no sentido que esta Câmara considera que seria o desejável. Na realidade, verifica-se que há uma preponderância significativa de projetos executados do setor público, relativamente a projetos de entidades privadas. Continua, desta forma, a termos uma economia muito dependente do setor público, situação que preocupa esta associação.

As Orientações de Médio Prazo (OMP) 2017-2020 coincidem com o período final do PO Açores 2020. É, pois, um período crucial para que haja um aproveitamento integral dos seus recursos financeiros e devidamente direcionado, que permita alcançar um novo patamar de sustentação económica, que seja gerador de mais riqueza e de empregos sustentáveis.

Considerando-se que as questões de natureza fiscal serão contempladas no orçamento, a CCAH defende, mais uma vez, que aquele documento inclua a utilização, na íntegra, das potencialidades previstas legalmente em sede de IVA e de IRC. Esta é uma medida desejável e necessária, para melhorar a



Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

competitividade do tecido empresarial açoriano, para além de aumentar o poder de compra das famílias, com os inerentes impactos positivos na economia regional. A reposição integral do diferencial que existia, terá impactos muito mais significativos nas empresas e nas famílias do que simples alterações em dotações no plano.

A CCAH considera que as OMP deveriam contemplar “Investimentos Prioritários Estratégicos”, que foram consensualizadas no último Fórum CCIA, que condicionam a competitividade da economia regional. No caso da ilha terceira trata-se da adaptação do porto da Praia da Vitória para funções de apoio à navegação e logística internacional, projeto esse que esta câmara tem defendido há diversos e que é fundamental para o desenvolvimento da ilha e da região.

As obras previstas no Plano para 2017 em algumas daquelas infraestruturas, não são satisfatórias e não acompanham as pretensões dos empresários regionais. Aliás no caso da ilha terceira a maior parte das obras já constavam de Planos Regionais Anuais de anos anteriores que nunca chegaram a ser concretizadas, ou que então encontram-se em fase de execução.

Relativamente aos transportes marítimos, a estratégia segundo as OMP é de “aprofundar e evoluir o modelo existente, com o intuito de o otimizar e reduzir os custos diretos e indiretos para uma maior competitividade da economia açoriana”. Para a CCAH o modelo atual não serve, por não ser competitivo e não funcionar adequadamente.

Nas políticas setoriais das OMP é dado particular ênfase ao “Emprego e Qualificação Profissional”. A este nível preveem-se várias medidas no âmbito de apoio à criação de emprego e ao fomento de competências de jovens e adultos desempregados. Não há contudo, qualquer referência explícita e clara à qualificação de ativos. A CCAH, uma vez mais, considera como aspeto negativo esta omissão, infelizmente à semelhança do que veio acontecendo nos últimos anos.

É consensual e tem sido reiteradamente referido por responsáveis políticos, a necessidade de melhorar as qualificações dos profissionais principalmente do setor do turismo, como um elemento incontornável para a melhoria da qualidade do serviço prestado a quem nos visita. É importante que essa vontade se materialize em dotação adequada para fazer face aos desafios nesta área, uma vez que as empresas, só por si, não têm capacidade financeira para responder cabalmente à atual necessidade de reforçar as competências dos seus recursos humanos.



Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

Relativamente ao Plano Anual e fazendo uma análise mais específica das medidas que se destacam para este ano, a CCAH considera positiva a criação de “novos incentivos de reduzido montante, sob a forma de vales de incubação e inovação...”. Propõe-se que sejam abrangidas outras áreas como a internacionalização e a formação, à semelhança do que vem sendo seguida a nível nacional e com significativa procura por partes das empresas.

A nível do financiamento à economia, aguarda-se uma rápida operacionalização das linhas da IFD e da criação dos instrumentos financeiros de apoio às empresas. No plano de 2016 estava prevista a criação de “Fundo de Capital de Risco”, dotado de 7 milhões de euros. Importa saber se houve evolução neste projeto e se o mesmo será complementar dos novos instrumentos ou se será substituído por estes.

A redução de custos de contexto é um elemento muito relevante no desenvolvimento de atividades existentes e também na captação interna e externa de novos projetos, de forma a tornar as empresas regionais mais competitivas.

A nível do turismo, área que está em franca expansão na ilha terceira, é indispensável trabalhar nos seguintes aspectos para que possa crescer e se tornar sustentável:

- Priorização do investimento na formação de recursos humanos;
- Requalificação de infraestruturas de apoio como miradouros, áreas balneares, trilhos, etc.;
- Revisão das opções de apoio à oferta de alojamento incluindo tipologias que têm evidenciado forte dinamismo, como por exemplo o alojamento local;
- Simplificação e adaptação da legislação aplicável ao setor;
- Revisão do POTRAA;
- Reforço dos serviços regionais e locais com intervenção nas atividades turísticas.

Quanto às obras previstas no Plano Regional para a ilha terceira não nos é apresentado nada de novo, pelo que é essencial que as que constam se concretizem logo que possível, como a construção do projeto já aprovado no Porto das Pipas; a conclusão da 2.ª fase do Parque de Exposições na Vinha Brava, e do Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, assim como o início da construção do terminal de Carga na Aerogare das Lajes.



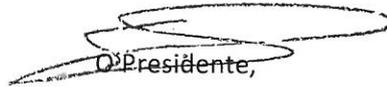
Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

Esta Câmara entende que o desenvolvimento da ilha terceira não é possível só com que é precozindao no Plano Regional apresentado, sendo igualmente essencial e imprescindível a concretização, já anteriormente prometida pelo Governo Regional, da criação de uma zona económica especial para a área envolvente ao Porto da Praia da Vitória e à Aerogare das Lajes. Além disso, não podemos deixar de fora a necessidade de concretização dos investimentos associados ao AIR Center.

Angra do Heroísmo, 9 de fevereiro de 2017.

A Direção,



O Presidente,

Sandro Rebelo Paim